

ANTHONY DE OLIVEIRA MACHADO

RECREIO DOS BANDEIRANTES:

reflexões em torno da sua configuração socioespacial

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr.: Orlando Alves dos Santos Júnior.

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

M149r Machado, Anthony de Oliveira
Recreio dos Bandeirantes : reflexões em torno da sua configuração socioespacial / Anthony de Oliveira Machado. -- Rio de Janeiro, 2022.
30 f.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Júnior.
Coorientadora: Deborah Werner.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2022.

1. Direito urbanístico. 2. Crescimento Urbano - Recreio dos Bandeirantes (Rio de Janeiro, RJ). 3. Política pública . 4. Planejamento urbano e regional. I. Santos Júnior, Orlando Alves dos , orient. II. Werner, Deborah , coorient. III. Título.

ANTHONY DE OLIVEIRA MACHADO

RECREIO DOS BANDEIRANTES:

reflexões em torno da sua configuração socioespacial

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr.: Orlando Alves dos Santos Júnior.

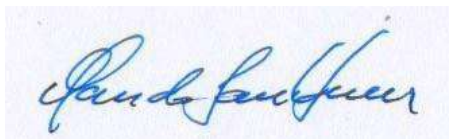
Apresentado em: 12/08/2022

BANCA EXAMINADORA



Orlando Alves dos Santos Júnior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



p/ Deborah Werner

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFR

RESUMO

O presente trabalho visa desenvolver de forma metodológica percepção autoral sobre o local que orientou boa parte de minhas vivências e experiências de vida. Compreender sobre os processos que engendraram as modificações do Bairro nas últimas décadas, bem como expor e analisar as principais reivindicações, os avanços e retrocessos que se aplicam ao direito à cidade dos atores sociais envolvidos nesse processo de formação e crescimento urbano do bairro, analisando o campo de atuação do setor público com as principais políticas públicas adotadas no contexto dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Portanto, o trabalho leva em consideração os Indicadores Sociais e Econômicos disponibilizados pelo IBGE, os mapas e as base de dados sobre o crescimento urbano do bairro Recreio dos Bandeirantes disponíveis pela Prefeitura do Rio de Janeiro, além de análise bibliográfica de autores que falam sobre metodologias de pesquisas como a autora MARTINS (2004) em seu livro sobre metodologia qualitativa de pesquisa, e o texto do JANNUZZI (2005) sobre indicadores para o diagnóstico e monitoramento de programas sociais.

Palavras-chave: crescimento urbano; direito à cidade; Recreio dos Bandeirantes.

ABSTRACT

The present work aims to methodologically develop an authorial perception about the place that guided a good part of my experiences and life experiences. Understand the processes that engendered changes in the Neighborhood in recent decades, as well as expose and analyze the main claims, advances and setbacks that apply to the right to the city of the social actors involved in this process of formation and urban growth of the neighborhood, analyzing the field of action of the public policies adopted in the context of the Rio 2016 Olympic Games. Therefore, the work takes into account the Social and Economic Indicators made available by the IBGE, the maps and databases on the urban growth of the Recreio dos Bandeirantes neighborhood available by the City Hall of Rio de Janeiro, in addition to a bibliographic analysis of authors who talk about methodologies of research such as the author MARTINS (2004) in her book on qualitative research methodology, and the text by JANNUZZI (2005) on indicators for the diagnosis and monitoring of social programs.

Keywords: urban growth; right to the city; Recreio dos Bandeirantes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 RECREIO DOS BANDEIRANTES: BREVE RESGATE DE SUA HISTÓRIA RECENTE	09
3 O CRESCIMENTO DESORDENADO DO RECREIO DOS BANDEIRANTES	14
4 POLÍTICAS PÚBLICAS EM FOCO	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A principal motivação que me levou a construir o presente Trabalho de Conclusão de Curso surgiu a partir de uma reflexão sobre as narrativas em torno do bairro Recreio dos Bandeirantes, envolvendo as disputas em torno de sua apropriação e sua caracterização como um espaço de classe média e elites em ascensão.

Essas disputas tem um grande impacto para a vida cotidiana da população que residia originalmente, ou pelo menos anteriormente a essas transformações. Como morador do bairro a mais de 22 anos, criei uma identidade local muito forte com esse território e tenho ainda viva a memória da minha avó, Nadir Moreira de Oliveira, que teve suas práticas de sustento aliadas à economia de subsistência agrícola. Matriarca da família, dona Nadir sempre contava nas reuniões familiares sobre os momentos difíceis que viveu na sua juventude devido à falta de oportunidades e de infraestrutura do bairro, afastado das áreas centrais da cidade, fazendo divisa com os bairros de Vargem Grande e também do Grumari.

Por outro lado, é cada vez mais forte e recorrente a ideia do Recreio dos Bandeirantes como um bairro elitizado, de condomínios verticalizados, para onde migram as classes médias e altas na busca de melhor qualidade de vida, proximidade da praia e segurança. Dessa maneira, esse artigo tem como objetivo refletir sobre a configuração socioespacial do bairro Recreio dos Bandeirantes. Nessa perspectiva, buscamos recuperar a trajetória histórica de pertencimento e identidade local, as principais intervenções públicas mais recentes e como estas têm afetado a exclusão dos grupos sociais mais vulneráveis, impactando também a composição social do bairro.

Nessa direção, o artigo busca refletir criticamente sobre as representações hegemônicas que reforçam a ideia do bairro Recreio dos Bandeirantes enquanto um espaço das elites e classes médias em ascensão. Dessa maneira, o presente artigo se consolidada de modo a dar suporte a uma análise que rompe com esse padrão de pensamento, evidenciando e expondo o processo heterogêneo de ocupação desse espaço urbano, observado desde o período de formação do bairro, o que impacta

significativamente na leitura socioespacial do Recreio dos Bandeirantes e nas formas de sua apropriação pela população.

Para alcançar este objetivo, o artigo está estruturado em 3 principais seções, além desta introdução. Na primeira, busca-se recuperar brevemente o processo de formação histórico do bairro, a partir do início do século XX; na segunda serão destacados os desafios que foram criados a partir da ocupação desordenada do espaço urbano; na terceira, procura-se destacar as principais políticas públicas promovidas pelo poder público, fortemente associadas a processos de remoção das moradias, integrando aspectos sobre os mecanismos de articulação e mobilização da sociedade no que diz respeito às reivindicações por melhorias no bairro. Nas considerações finais, busca-se refletir, tornando como referência a abordagem de Vainer (2007), sobre a influência da lógica de mercado na dinâmica da cidade.

As bases de referências utilizadas para esta reflexão levam em consideração os Indicadores Sociais e Econômicos divulgados pelo IBGE, os mapas e as bases de dados sobre o crescimento urbano do bairro Recreio dos Bandeirantes disponibilizados pela Prefeitura. A metodologia adotada leva em consideração também o texto de JANNUZZI (2005), e a relevância dos indicadores na composição das prioridades das agendas governamentais em diferentes áreas demandadas. Além da referência de MARTINS (2004), sobre a acomodação das ciências sociais no âmbito dos métodos de pesquisa qualitativa, e na proeminência do sujeito enquanto singular.

A reflexão tem como referência a gestão pública enquanto um campo interdisciplinar crítico, comprometido com o direito à cidade e com a construção de políticas públicas promotoras da inclusão social que democratizem os mecanismos de participação e deliberação. Dessa maneira, o trabalho desenvolve-se de modo a construir uma percepção integrada de gestão, capaz de dar prosseguimento às discussões que envolvem o processo de expansão e crescimento urbano do Recreio dos Bandeirantes, articulando as temáticas sobre o meio ambiente, investimento público, infraestrutura local, além de mobilização e participação democrática.

2 RECREIO DOS BANDEIRANTES: BREVE RESGATE DE SUA HISTÓRIA RECENTE

No início do século passado a área territorial hoje denominada de bairro Recreio dos Bandeirantes era dividida em 3 principais glebas: glebas A, B e C. A partir dos anos de 1920 o americano Joseph Wesley consegue a aquisição das terras da gleba B por meio do Banco de Crédito Imóvel. Consequentemente essa aquisição garante o acesso às áreas até então pouco exploradas, formadas por vegetação nativa e locais de imensos areais. Como relata Larissa Altoé:

Até 1920, seus 3 milhões de hectares eram um imenso areal deserto. Foi quando Joseph Wesley Finch comprou uma gleba do Banco de Crédito Imóvel e loteou. Muitos paulistas adquiriram terrenos à beiramar e construíram casas de veraneio. Por isso, a região passou a ser conhecida como Recreio dos Bandeirantes. (ALTOÉ, 2016)

A atração de novos compradores, sobretudo nas áreas das glebas A e B (hoje regiões localizadas entre as vias Baltazar da Silveira e Gilka Machado) foi complicada por algumas razões. Primeiramente porque no início do século XX essa região da Zona Oeste do Rio ainda não aparecia no radar do ponto de vista estratégico do Planejamento Urbano. A imagem do mapa a seguir, revela o processo inicial de formação do bairro Recreio dos Bandeirantes.

Figura 1: MOMENTO INICIAL DE FORMAÇÃO DO BAIRRO RECREIO DOS BANDEIRANTES.



Fonte: Jornal eletrônico Guia Recreio Mobile.

As duas principais estradas de acesso que integravam o Recreio aos outros pontos da cidade, especialmente a Zona Norte, e que apresentavam condições precárias de uso e acesso eram a Estrada dos Bandeirantes e a Estrada do Rio Morto. Hoje essas vias são duas importantes estradas de ligação entre os bairros vizinhos de Vargem Grande e Vargem Pequena e que receberam investimento em asfaltamento no contexto das Olimpíadas da Rio 2016. Apesar desses investimentos, existem ainda hoje pontos específicos sem iluminação pública e áreas sujeitas a constantes alagamentos, notadamente próximas às favelas do bairro o que impacta negativamente no dia a dia de seus moradores.

O processo de expansão urbana no início do século XX estava muito mais concentrado na região central do Rio de Janeiro (por razões organizacionais e estratégicas), acompanhado pelos elementos modernizadores da “belle époque”, incorporando elementos conceituais e artísticos europeus a partir de uma visão reformista do então prefeito da Capital Federal na época, Pereira Passos (1836-1913). Como destaca Azevedo (2015):

Contudo, para Pereira Passos, a perspectiva de desenvolver uma civilização no Rio de Janeiro estava diretamente ligada a sua visão organicista de cidade. Nesta, seu órgão principal, emanador da civilização no corpo urbano, seria a sua área central. Passos considerava que o papel de espaço exemplar da civilização caberia ao Centro do Rio de Janeiro, pois nele estariam a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, o comércio, os teatros, teatros líricos, a Escola de Música, a Escola de Belas Artes e todas as principais referências da cultura europeia na cidade. (AZEVEDO, A. N, 2015, p. 17)

André Nunes de Azevedo (2015) relata ainda que as políticas públicas destinadas para o campo social não foram suficientes para atender as demandas cada vez mais crescentes da população.

É possível observar, dentre outros exemplos, com base na leitura do historiador Nunes de Azevedo, que nessa época em que Pereira Passos esteve presente como prefeito do Rio de Janeiro (entre 1902 e 1906), era recorrente a falta de oferta suficiente de políticas habitacionais para populações de baixa renda, a falta de garantia de escolas públicas para os jovens, ou até mesmo a questão da iniciativa de construção das vilas operárias que excluía os trabalhadores que não fossem operários efetivos do município.

Dessa maneira, vão se constituindo elementos estruturais contraditórios do ponto de vista da ideia inicial do projeto de urbanização de Pereira Passos com relação a integração urbana, pois é inegável olhar a dimensão urbana e territorial pela ótica social, de direitos cerceados e pela ótica de pertencimento local.

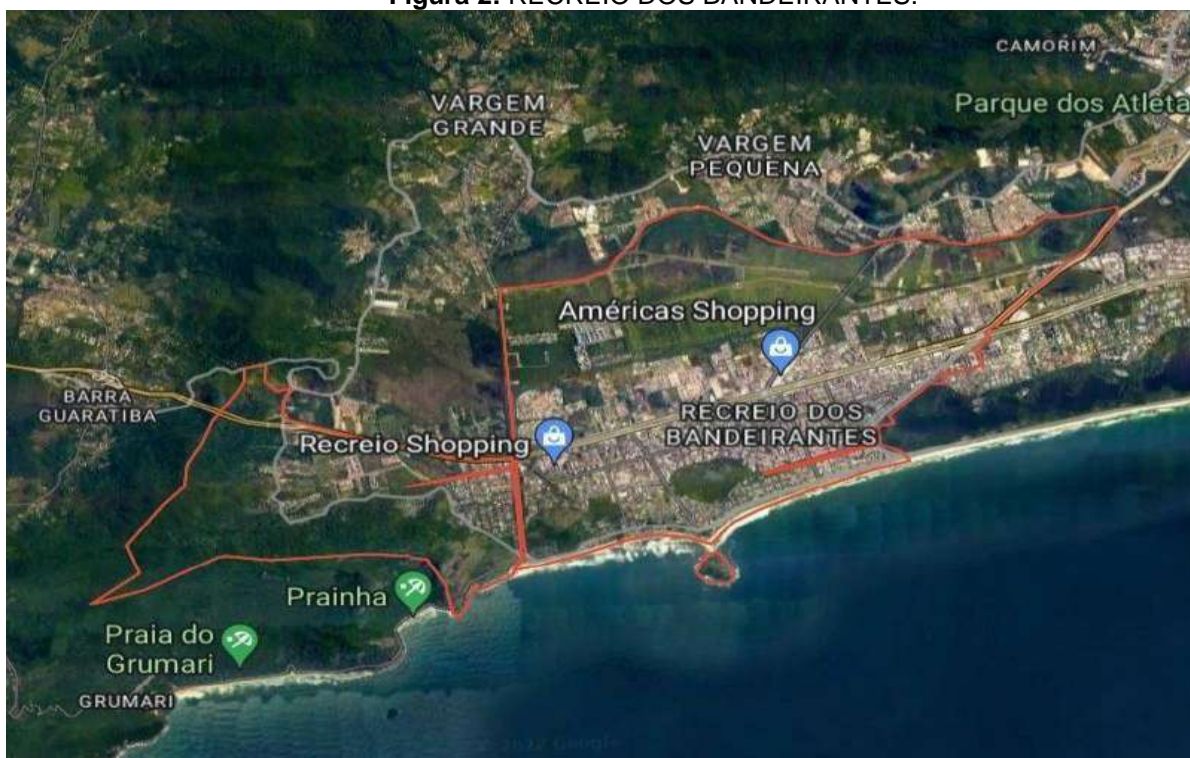
Esses processos são inerentes ao campo político e institucional, mas foram negligenciados pela concentração de investimentos nas áreas centrais, promovendo desigualdades socioespaciais expressas nas carências urbanas de outras áreas também pertencentes ao Rio (embora mais afastadas geograficamente).

De fato, não existem muitos registros com evidências históricas documentais sobre esse momento inicial de constituição do bairro Recreio dos Bandeirantes. Entretanto, de acordo com análise apurada pelo jornal eletrônico Guia Recreio Mobile, em matéria publicada no ano de 2017, é possível observar que Joseph Finch permaneceu vendendo os lotes de terras até sua morte em 1934.

A partir de então sua esposa negociou a venda de seu portfólio com empresários, o que garantiu o domínio de seus lotes pela então empresa Predial Bandeirantes, ainda em 1934.

Anos mais tarde, precisamente em 1939, um grupo de empresários garantiu a posse das terras e iniciou a então Recreio dos Bandeirantes Imobiliária S/A. A imagem do mapa a seguir, corresponde a área onde fica localizado o Recreio dos Bandeirantes, bem como os bairros vizinhos que integram a Região Administrativa da Barra da Tijuca.

Figura 2: RECREIO DOS BANDEIRANTES.



Fonte: Google Maps, 2022.

Outro nome importante nessa recente história de configuração do bairro é o urbanista e engenheiro José Otacílio Saboya Ribeiro que no ano de 1953 inicia o projeto de urbanização do Recreio dos Bandeirantes conhecido como projeto PA 6028, projeto esse que desejava instaurar uma maior integração da natureza com a vida urbana, influenciado no modelo de cidade jardins.

Esse projeto inicial foi importante para conseguir dar maior atratividade – sobretudo para essas áreas mais próximas à divisa com a Barra da Tijuca – e visibilidade para essa região que já estava com uma expectativa de expansão para fins residenciais.

No final da década de 1950, as áreas da gleba B começaram a ser desmembradas pela Companhia Recreio dos Bandeirantes. Foi nesse período que o então corretor Sérgio Castro (neto do engenheiro Richard, um dos fundadores da Companhia Brasileira de Imoveis e Construções em 1911) começou a exercer o domínio de sua Imobiliária, promovendo a venda de todos os lotes presentes da gleba B.

É indispensável alertar também para o momento histórico de formação do bairro. Desde o início, as intervenções e interesses econômicos estavam concentrados nas glebas A e B, enquanto a região da gleba C, sem grandes influências dos agentes econômicos e do capital imobiliário, se consolidava enquanto uma realidade subalterna e sem grandes expectativas de desenvolvimento especialmente com relação a infraestrutura básica.

O próprio caso da comunidade do Terreirão serve de exemplo para ilustrar esse período de atração das classes mais pobres para essas áreas, como relata Marcelle Freitas da Silva:

Esta dificuldade em obter uma fração de terra, foi um dos fatores que influíram no intenso crescimento demográfico na parte ocupada pelo terreirão, aonde as pessoas ao se estabelecerem traziam os seus familiares, constituindo assim uma “rede familiar” de ajuda para conquista da habitação. Moradia esta que era produzida sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e o código de obras, sem financiamento público (ou ignorados pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). DA SILVA, 2005, p. 18)

A comunidade do Terreirão se consolida enquanto economia agrícola a partir da década de 1950, acompanhado pelo ritmo acelerado de migração de trabalhadores. Curiosamente, ainda hoje é possível observar o grande número de mercadinhos locais de alimentos orgânicos. Esse processo migratório de trabalhadores ocorreu também para a comunidade do Caeté. A área localizada na Estrada do Pontal e cedida pela então Companhia Litorânea, que nos anos 1970 estava coordenando a construção de um condomínio de luxo chamado “MaraMar”,

aos poucos foi recebendo novos migrantes, trabalhadores da construção civil, e moradores locais que criavam suas bases econômicas de subsistência.

Como relatou¹ em breve depoimento a moradora Nadir Moreira de Oliveira, na época com 83 anos:

Eu era solteira ainda, nesse tempo que fazia isso. Até trabalhar na praia eu já trabalhei, colocava barraca lá na praia e ia vendendo as coisas. Trabalhei com “mamãe” e depois com seu avô “beuzinho”.

As condições de vida, bem como o acesso aos serviços públicos ainda eram muito precários. Ao fixar suas residências, os moradores locais não tinham outra alternativa senão sobreviver e manter suas famílias com os principais recursos que o solo poderia oferecer.

Isso fica ainda mais emblemático se compararmos a questão do acesso à saúde pública local. O principal Centro de Saúde Municipal ficava localizado na Estrada dos Bandeirantes. A conquista do Centro Municipal de Saúde Harvey Ribeiro de Souza Filho, localizado às margens da Avenida Guiomar Novaes, no Recreio dos Bandeirantes, ocorreu muitos anos mais tarde, precisamente em 1998.

3 O CRESCIMENTO DESORDENADO DO RECREIO DOS BANDEIRANTES

Não é por coincidência, ou por obra do destino/ acaso que desde o processo inicial de formação do bairro muitos migrantes, vindos de outras regiões do país, foram se integrando e fixando residência (na maioria das vezes em condições precárias) e criando seus núcleos de relações familiares sobre as áreas que até então não estavam em evidência, ou que não faziam parte do plano vigente de planejamento.

DA SILVA (2005) destaca que muitos desses migrantes eram de áreas do sudeste mesmo, como Minas Gerais e também Espírito Santo. A maior parte deles

¹ Entrevista concedida para o autor, em 2021, no âmbito do projeto de extensão da UFRJ “Oficinas Musicais: promoção da saúde e acolhimento de pacientes e familiares no ambiente hospitalar”.

vinham em busca de melhores condições de vida, o que preenche de certa forma essa relação de “vizinhança” entre patrões e empregados.

A crescente valorização do bairro trouxe consigo conflitos e dilemas sobre a forma de apropriação do espaço urbano pelos moradores. As informações disponibilizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro identificam oficialmente as áreas consideradas como favelas/ comunidades² no bairro do Recreio dos Bandeirantes. São elas: a favela do Parque Chico Mendes, favela da Avenida Guiomar Novaes, Vila Amizade, favela do Canal das Taxas (conhecida como comunidade do Terreirão), favela da Rua 8W, 500, além da favela da Estrada do Pontal (Caeté).

Esse crescimento do número de moradores em áreas de favelas do Rio de Janeiro continuou em ritmo acelerado, se comparado inclusive com o ritmo de crescimento da cidade. Como destaca pesquisa realizada por Lago e Ribeiro (2001, p 33).

No período de 1950-1960, a população cresceu cerca de 3% ao ano e os moradores em favela, 7% ao ano. Na década de 70, esses percentuais caíram para 1,8% e 2,5%, respectivamente. Nesse período, o movimento migratório em direção à metrópole do Rio de Janeiro começava a perder o ímpeto verificado nos anos 40 e 50, e a capital, principal área de atração desses fluxos, sofreu os impactos dessa mudança. Nota-se, entretanto, que a proporção de moradores em favela, em relação ao total da população, continuou crescendo, até mesmo no período 1970-1980, [...].

Foi nesse cenário que a comunidade do Terreirão ou mesmo a do Caeté começaram a ganhar novos moradores em um ritmo mais intenso a partir da segunda metade do século XX. Esse crescimento populacional infelizmente não foi acompanhado pelo provimento das demandas cada vez mais crescentes dessas regiões ao longo da recente história de formação do bairro.

A perspectiva de crescimento rápido da população, no contexto das estratégias de urbanização da cidade do Rio, fez surgir uma atenção maior sobre os conflitos produzidos a partir da dimensão de cidadania aplicada ao cenário brasileiro. Além

² Oficialmente a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro apresenta essas áreas estudadas como favelas, no entanto, a percepção local (seja dos moradores da Estrada do Pontal, ou até mesmo moradores das outras localidades) compreendem que o termo que melhor se adequa a situação é comunidade. Existem algumas possíveis razões para essa percepção e que foram inclusive foco de estudos em trabalhos (MARCELLE, 2005). Eu destaco aqui possivelmente questões geográficas por estarem localizadas e inseridas em sua maior parte em terrenos planos, além do fator de relações familiares, entrelaçadas por um “sentimento” de união.

disso, essa produção insustentável de tratamentos desiguais das dinâmicas de cidadania reafirma as particularidades existentes na sociedade brasileira, marcada por fortes desigualdades e cidadanias diferenciadas, conforme argumenta James Houston (2013).

A própria correlação entre poder e dominação tem como efeito a naturalização das desigualdades quando aplicamos o conceito de cidadania às práticas experienciadas pelo Brasil no seu processo de urbanização. Isso fica muito nítido na abordagem de James Houston (2013), em torno da cidadania insurgente, quando afirma que os conflitos sociais se acirram no contexto da urbanização e democratização ao longo da segunda metade do século XX. Nesse processo, o autor argumenta que a forma como o Brasil administra suas diferenças legitima a reprodução das desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero.

O processo de ocupação e ampliação do número de moradores das favelas, foi acompanhado também pelo crescimento do número de novos moradores nas áreas com melhores condições de infraestrutura do bairro. Paralelamente a isso, a Região Administrativa da Barra da Tijuca apresentava um crescimento da população residente entre os anos 2000 e 2010.

Com base nos dados do Censo Demográfico, no período observado, é possível dizer que os bairros que tiveram maiores taxas de crescimento de residentes da Região em análise foram o bairro do Camorim, com crescimento da população residente por domicílio particular estimada em 142,75%, além do crescimento populacional de Vargem Pequena, com aumento percentual estimado em 113,07%, e do bairro do Recreio dos Bandeirantes que obteve crescimento de 97,10% de sua população residente se levarmos em consideração a comparação do número de residentes entre os anos 2000 e 2010.

É necessário refletir também que as desigualdades se acentuam em nível comparativo, com base nas especificidades de cada bairro em seus aspectos urbanos. No ano de 2008, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro divulgou alguns dados sobre o Índice de Desenvolvimento Social³ a partir dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano. A construção metodológica desse Índice abrange uma

³ IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Índice de Desenvolvimento Social – IDS: Comparando as realidades micro urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Abril de 2008.

seleção de 10 indicadores presentes na pesquisa censitária do IBGE de 2000, com impactos em 4 principais dimensões para análise. São eles: o acesso ao saneamento básico, a qualidade habitacional, o grau de escolaridade, além da renda.

Os dados divulgados na época revelam que embora a Região Administrativa da Barra da Tijuca apareça em 6º lugar (com índice avaliado em 0,679), quando separados os bairros de suas respectivas Regiões Administrativas, a diferença entre as posições por bairros se revela alarmante. Surpreendentemente o Recreio dos Bandeirantes aparece apenas na posição 56 com IDS de 0,612. Outros bairros que compõem a mesma Região Administrativa da Barra da Tijuca ficaram nas últimas posições do ranking. Como Vargem Pequena, seguido de Vargem Grande, Camorim e Grumari que aparece em última colocação, na posição 158 e IDS de 0,277. Toda essa diferença nos índices pode ser explicada, em partes, pelo período de transição e transformação da infraestrutura desses bairros. Momento esse que antecede o período de aumento da especulação imobiliária sobre essa região da Zona Oeste tendo em vista o contexto dos megaeventos esportivos vividos pelo Rio de Janeiro.

Uma das características da Lei Federal do Estatuto da Cidade, número 10.257, é que ela ampliou e potencializou a autonomia dos Municípios na gestão do uso e ocupação da terra urbana. Concomitantemente, os Instrumentos da Política Urbana delimitados pelo referido Estatuto, tem como finalidade auxiliar na gestão democrática da cidade frente aos desafios históricos de promoção do direito à cidade, que envolvem notadamente o enfrentamento do déficit habitacional (um dos principais desafios presentes no estado do Rio de Janeiro, com famílias vivendo em condições precárias de moradias).

Soma-se a isso, desafios que envolvem os problemas de regularização fundiária, de desigualdade de infraestrutura urbana, incluindo dentre outros desafios, a questão das terras improdutivas ou subutilizadas que não cumprem a função social da propriedade.

O art. 2 do Estatuto das Cidades estabelece algumas diretrizes gerais que abordam os objetivos das políticas urbanas. Essas, por sua vez, devem ser implementadas de modo a garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Como destaca a diretriz geral I a seguir:

garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (Lei Federal 10.257 de 2001).

Portanto, todo esse aparato legal que versa sobre os instrumentos da política urbana no cenário brasileiro, e que regulamentam os ditames da Constituição Federal de 1988, no que tange às políticas de desenvolvimento urbano, são garantias fundamentais que devem ser trabalhadas a partir das demandas e especificidades de cada Município.

Um dos programas mais conhecidos com impactos sobre a política de habitação foi o programa Favela Bairro. Instituído em 1994 pela Secretaria de Habitação através do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro e financiado também pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Comunidade do Canal das Taxas, conhecida como Terreirão, foi uma das favelas do Rio de Janeiro beneficiadas pelo projeto. Como vimos anteriormente, a comunidade começou a receber muitos migrantes especialmente da região sudeste, e a falta de políticas redistributivas⁴ para as camadas mais populares empurrava cada vez mais esses trabalhadores para moradias precárias e sem planejamento adequado.

Importante considerar que a atuação do programa conseguiu promover a integração da área com a malha urbana da cidade, atraindo novas linhas de ônibus. A própria construção de Escolas Públicas, acompanhada da construção do Centro Municipal de Saúde, dentre outros exemplos de ações pontuais direcionados para esse núcleo de moradores concentrados da comunidade do terreirão e arredores. Mesmo assim, o caráter revitalizador não foi capaz de dar continuidade às demandas locais, e o efeito positivo da política pública acabou dando lugar a uma dura realidade de falta de continuidade dos investimentos sociais focalizados com objetivo de melhorar a qualidade e a democratização do acesso à cidade.

⁴ Políticas Públicas Redistributivas cujo foco é dar suporte para a realocação de recursos aos extratos sociais e camadas da sociedade mais pobres.

Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Habitação da UFRJ⁵ indica que na época em que o programa estava em vigência houve a criação de 80 conjuntos habitacionais na comunidade. Esse dado representa um número relativamente baixo se compararmos com a proporção de moradias precárias construídas em áreas de riscos.

Aliás, esse é um dos problemas que o Rio de Janeiro tem convivido ao longo dos anos, a falta de acesso à moradia digna pelas populações de baixa renda impulsiona cada vez mais famílias a conviverem e permanecerem em condições de vulnerabilidade. É possível observar também heterogeneidades entre as comunidades participantes do programa favela bairro (Atuesta y Soares, 2016).⁶ A pesquisa realizada indica que o programa não conseguiu atrair melhores condições de renda para os moradores, e isso tem impactos negativos a longo prazo, uma vez que o fator de renda está diretamente vinculado à questão habitacional.

Ademais, os entraves com relação a titulação da propriedade formal representam um fator conflitante inclusive para as comunidades em áreas “bem localizadas” pois além de desvantagem comparativas no mercado imobiliário, denota a perpetuação dos atrasos sobre o direito à posse dos bens imóveis.

As iniciativas de política públicas de caráter redistributivo devem desempenhar uma função de suporte a essas famílias, realocando recursos em forma de benefícios diretos aos grupos de indivíduos mais carentes. Quando o Estado desempenha essa função interventora, de auxílio a essas famílias, se configura uma possibilidade de promoção do combate às desigualdades presentes em nosso país. Mas não basta apenas que essas medidas sejam pontuais, é imprescindível que essas políticas, sejam estruturais e contínuas, envolvendo projetos habitacionais, programa de renda, etc., e que sejam políticas intersetoriais de forma a estabelecerem um vínculo mais duradouro a longo prazo entre os diferentes níveis de atuação do governo.

⁵ LabHab. Laboratório de Habitação. Avaliação de Projeto de Habitação no Brasil, grupo de pesquisa e projeto do PROARQ/FAU.

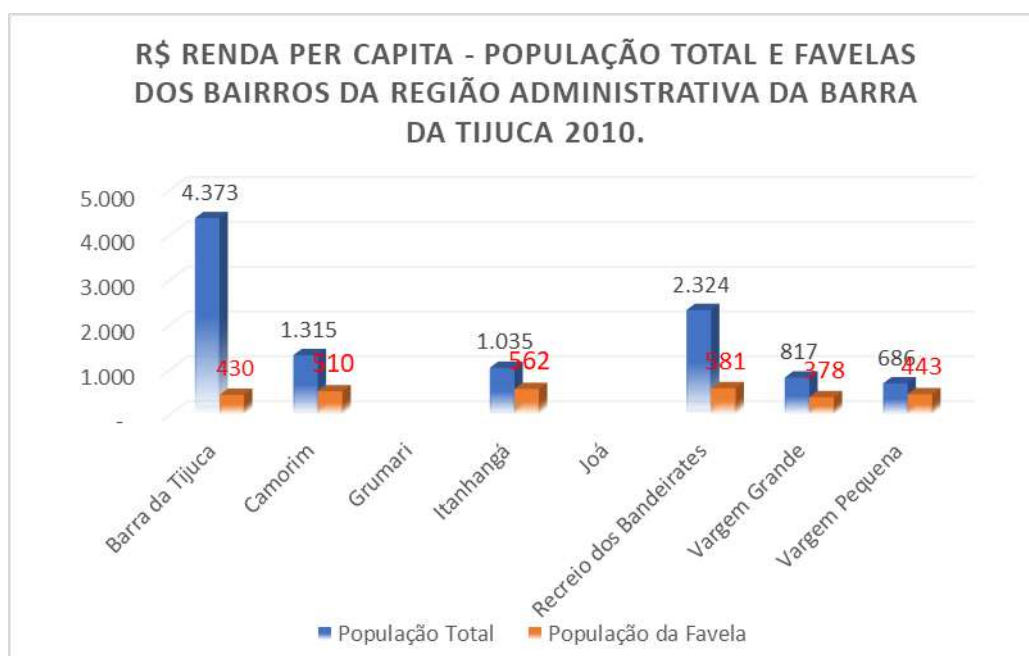
⁶ Urban upgrading in Rio de Janeiro: evidence from the Favela-bairro Programme. 2016.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM FOCO

Nessa sessão, a reflexão tem como base o contexto dos megaeventos esportivos vividos pelo Rio de Janeiro, com o advento dos Jogos Olímpicos Rio 2016. De forma especial, nos interessa destacar os impactos decorrentes do processo de remoções habitacionais, associados às políticas públicas implementadas na cidade.

Antes, vale destacar alguns dados importantes sobre indicadores de renda, de forma a ter um panorama mais abrangente sobre a população nos últimos anos. Ao analisar os dados referentes ao rendimento da população total e das favelas da Região Administrativa da Barra da Tijuca em 2010, podemos observar a enorme variação que ocorre entre os bairros. De uma forma geral, percebe-se que os moradores de favelas apresentam renda per capita inferior aos moradores fora das favelas.

Gráfico 1: RENDA PER CAPITA – POPULAÇÃO TOTAL E FAVELAS DOS BAIRROS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA BARRA DA TIJUCA 2010.

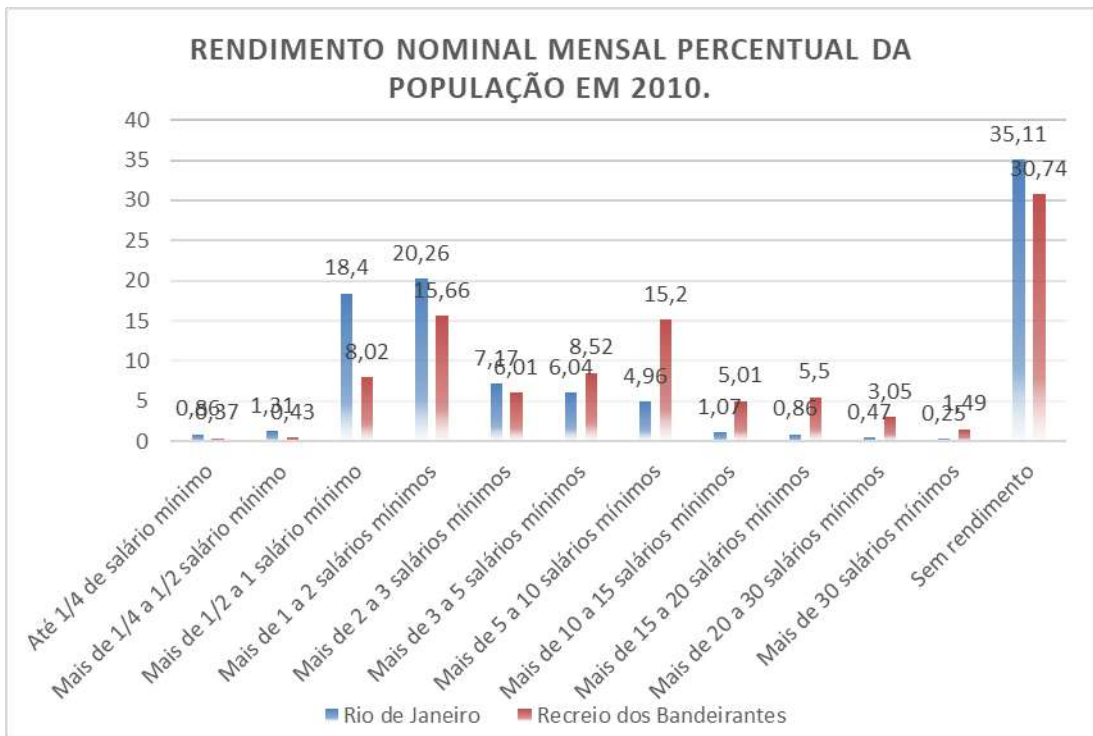


Fonte: dados consolidados do FGV Social/CPS a partir do censo do IBGE 2010.

A maior variação encontrada, (analisando comparativamente o fator renda da população total e a renda da população das favelas), pode ser observada no bairro da Barra da Tijuca. É possível observar também que embora a renda per capita da população total do Recreio dos Bandeirantes (2.324 reais) seja inferior a renda da população total da Barra da Tijuca (4.373 reais), a renda per capita da população da favela do Recreio (581 reais) é maior que a renda da população da favela da Barra da Tijuca (430 reais).

O gráfico a seguir faz uma comparação entre o percentual de pessoas com rendimento mensal por faixa de renda, entre os bairros do Recreio e do Rio de Janeiro. Nesse caso, paradoxalmente, o bairro Recreio dos Bandeirantes apresenta percentualmente menos pessoas nas faixas de rendimento mais baixas e mais pessoas nas faixas de rendimento nas elevadas.

Gráfico 2: RENDIMENTO NOMINAL MENSAL PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM 2010.



Fonte: IBGE- CENSO DEMOGRÁFICO.

A partir da margem de mais de 3 a 5 salários mínimos o que se estabelece é a inversão nos valores percentuais do rendimento da população em nível comparativo. Ou seja, a população do Recreio dos Bandeirantes ultrapassa percentualmente o rendimento da população do Rio de Janeiro a medida em que o rendimento mensal da população aumenta, sendo desconsiderada a parte da população sem rendimento (35,11% do Rio de Janeiro contra 30,74% do Recreio dos Bandeirantes).

Esses dados são importantes componentes de identificação da situação dos moradores locais. Embora nas últimas décadas se verifique o acelerado crescimento populacional do bairro e adjacências, a análise renda – seja pela forma per capita, seja pelo percentual do rendimento mensal – indica que o Recreio dos Bandeirantes não se caracteriza apenas a uma configuração socioespacial de classe média em ascensão, mas exprime um território marcado por desigualdades, com diversas áreas ocupadas por população de baixa renda, notadamente as áreas de favelas.

A escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos Olímpicos impôs uma retomada de consciência sobre os desafios históricos presentes na cidade maravilhosa. Aliás, o dossiê de candidatura apresentado anos antes, precisamente em 2009, já comentava a respeito da “visionária missão” de transformação do Rio em uma cidade internacional, aliado aos avanços nas estratégias de modernização da infraestrutura com prioridade de impacto do legado olímpico para as temáticas importantes de desenvolvimento sustentável, bem como o sistema de saneamento e transporte.

De acordo com documento⁷ divulgado pelo Tribunal de Contas da União em 2014, é possível observar que o Plano de Políticas Públicas apresentou diversos programas seja em nível Municipal, Estadual e Federal. Destaco os programas em nível Municipal de Saneamento da Zona Oeste, além da implementação do BRT Transoeste. Existe também o programa em nível Estadual de Saneamento da Barra, Recreio e Jacarepaguá integrado com o programa de Despoluição do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá.

Entretanto, refletir atualmente sobre a pretensão inicial de construção do legado olímpico, significa primordialmente reposicionar as controvérsias desse

⁷ Tribunal de Contas da União. O TCU e as Olimpíadas de 2016, relatório de situação, publicado em outubro de 2014.

discurso. O Rio de Janeiro apresentou diversos projetos no campo da reestruturação urbana, e de modernização do sistema de transporte que foram duramente criticados por organizações populares, por movimentos sindicais, pesquisadores, dentre outros setores. O Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíada do Rio de Janeiro, publicado em 2015,⁸ contribuiu significativamente como canal de denúncia que contradiz e critica os efeitos transformadores desse legado olímpico, amplamente divulgado em discursos oficiais de instituições como o Comitê Olímpico Internacional, Governo Federal, além da própria Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Muitos desses projetos (principalmente aqueles que compõem a temática de mobilidade) já faziam parte de antigas promessas no Rio de Janeiro. Como é o caso das obras da Transoeste que tiveram impactos na desapropriação dos imóveis localizados, por exemplo, na favela da Restinga (BRUNET, 2010), favela próxima a localidade do Recreio Shopping, e declarada como Área de Especial Interesse Social⁹ incluindo impactos significativos para o ramo do comércio estabelecimentos próximos às margens da Avenida que tiveram que ser redimensionados, ou realocados com as obras de duplicação da Avenida das Américas.

Com base na pesquisa divulgada pelo Dossiê do Comitê Popular, é possível alertar que o processo de remoções de moradias comandado pela Prefeitura do Rio de Janeiro no contexto das Olimpíadas, expôs o real sentido excludente de projeto de cidade. A Zona Oeste, em especial parte da população mais pobre residente em áreas de favelas, foi uma das regiões mais afetadas e ameaçadas da cidade. Em nível local, a justificativa de construção das vias do BRT Transoeste deu lugar ao momento de retirada total das famílias localizadas nas favelas da Restinga, Vila Harmonia, Vila Recreio II, Notredame, e Vila do Amoedo, todas elas localizadas no Recreio dos Bandeirantes. A pesquisa revela ainda que ao todo foram 537 famílias afetadas diretamente apenas na localidade do Recreio.

Beck (2010), avalia que a proporção dos riscos ambientais, produzidos a partir do dinamismo atual das forças produtivas, atua com mais intensidade para aqueles

⁸ Ver: Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão. Publicado em novembro de 2015.

⁹ Ver Lei Complementar nº 79, publicada em 30 de maio de 2006.

que estão suscetíveis aos riscos. Aliás, o conceito de justiça ambiental, tal como observado em Acserald (2012), reposiciona o caráter normativo expresso no âmbito dos direitos humanos de que todos devem ter direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O modo pelo qual a cidade é pensada do ponto de vista do planejamento urbano, quase sempre penaliza classes com rendimentos inferiores com os impactos negativos do desenvolvimento reproduzindo ou ampliando as desigualdades. Portanto, a construção da imagem da cidade competitiva e “moderna” passa a adquirir elementos de segregação socioespacial e acaba por direcionar as populações mais pobres aos lugares com menos acesso à infraestrutura urbana, condições precárias de saneamento e restrições do direito à moradia digna, impactando também no âmbito das relações sociais, culturais, econômicas e educacionais.

Essa correlação pode ser observada também quando analisamos a falta de saneamento adequado em vários pontos do Recreio dos Bandeirantes, principalmente nas áreas de favelas que não dispõem de serviços adequados de infraestrutura. Ou seja, a manifestação dos riscos ambientais expressa as desigualdades existentes entre os estratos sociais.

Com relação a temática de saneamento, o projeto inicial de recuperação do sistema lagunar arquitetado pela Prefeitura do Rio de Janeiro não previa a inclusão das áreas degradadas do Recreio, o que representava um grave descaso com parte do complexo lagunar. São vários os pontos críticos do canal que sofrem constantemente com o despejo irregular de esgoto.

Protocolado em forma de Inquérito Civil¹⁰ pelo Ministério Público a partir de denúncias do então vereador Carlos Caiado na época, o inquérito serviu como canal de denúncia sobre a calamidade ambiental encontrada e comprovada pela inspeção do Inea (Instituto Estadual do Ambiente) que comprovou resultados dissonantes em níveis de degradação se comparado com o que determina a resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 357/05.

¹⁰ Inquérito Civil Público MA 5322

O Inquérito deu lugar a uma nova fase; a Ação Civil Pública¹¹ que teve como objetivo responsabilizar o Estado, a Rio Águas e a Cedae pelos danos causados pelo não tratamento do esgoto despejado. São vários os pontos críticos do canal que sofrem constantemente com o despejo irregular de esgoto. São áreas que inclusive estão fora do perímetro das favelas, o que comprova a manutenção das práticas de crime ambiental cometido ao longo de várias décadas e em diversas localidades do bairro.

Pensando nisso, o Movimento de Despoluição do Canal das Taxas deu início a um trabalho que gerou grande mobilização entre os moradores. Com objetivo de alertar e combater as práticas de degradação e desequilíbrio ambiental entre o canal, o sistema lagunar de Jacarepaguá e demais adjacências.

A imagem a seguir representa o momento que antecedeu as Olimpíadas do Rio de Janeiro. O movimento se utilizou da grande visibilidade que o bairro apresentava para reivindicar junto ao Poder Público medidas de incentivo à despoluição, incluindo manutenção e limpeza do Canal e responsabilização da Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE).

¹¹ Instrumento realizado para coibir práticas danosas ao meio ambiente a partir do método de responsabilização processual.

Figura 3: PROTESTO REALIZADO EM FRENTE À ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DA CEDAE POR MELHORES CONDIÇÕES DE SANEAMENTO.



Fonte: Grupo Movimento de Despoluição do Canal das Taxas.

Ter esse olhar abrangente sobre os problemas ambientais em suas diferentes escalas de incidência, ajuda a encarar as narrativas apresentadas sobre o processo de planejamento das cidades e a entender melhor sobre a produção das insustentabilidades. A medida em que são enunciados os valores e interesses econômicos que estão em jogo nesse processo, os elementos de efetivação das desigualdades tornam-se cada vez mais presentes. E é justamente nesse cenário de inconformismo que as lutas ambientais ganharam força no bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mecanismos de mobilização e participação democrática reforçam a necessidade de unir forças para a construção de parâmetros inclusivos de acesso à cidade. Soma-se a isso, o processo de globalização crescente que além de orientar o fluxo de informações para além das fronteiras nacionais - como bem observado pelo visionário cientista social Manuel Castells, em seu livro “Sociedade em Redes” -, traz impactos significativos também sobre a maneira, a forma pela qual se administra a cidade.

Além disso, o olhar crítico sobre a produção capitalista da cidade nos indica que o solo urbano, assim como a produção de moradias, é encarado enquanto bens comercializáveis, como mercadoria. Essa mesma cidade passa a ser compreendida enquanto constitutiva de uma lógica de mercado, impulsionando cada vez mais a assimilação de que a cidade deve ser objeto de compra. Como afirma Vainer (2007)

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isso explicaria que o chamado marketing urbano se impunha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão das cidades. (Vainer, 2007, p. 79).

A partir da crítica à concepção da cidade enquanto mercadoria, Vainer também faz uma crítica sobre a forma de administração das cidades.

Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos. (Vainer, 2007, p. 79).

Na verdade, o que torna a experiência dessa região da Zona Oeste do Rio diferente com relação às demais localidades presentes no Brasil e que passaram por processos semelhantes de segregação socioespacial foi a grande visibilidade e atratividade no âmbito nacional e internacional que essas áreas da Zona Oeste tiveram com os últimos grandes eventos.

Dessa maneira, o presente trabalho teve como função trazer uma percepção sobre o bairro Recreio dos Bandeirantes partindo de sua multiplicidade e diversidade.

Reposicionando e resgatando a memória das lideranças locais, junto ao processo desordenado de crescimento urbano, realizando um panorama sobre a perspectiva de valorização imobiliária e os desdobramentos observados com a criação do Plano de Políticas Públicas, em especial das Olimpíadas. Nesse processo, buscamos evidenciar os impactos sobre a exclusão social dos mais vulneráveis com o processo de remoção das moradias, além de fazer uma análise crítica sobre a questão ambiental e as estratégias de mobilização e articulação que foram adotadas.

Por isso a importância de divulgar e analisar o espaço urbano do Recreio dos Bandeirantes para além desses novos agentes, novos incorporadores imobiliários. Demonstrar, por meio da fundamentação teórica, de indicadores, pesquisas e análise local, que a composição do bairro é diversa desde o momento de sua fundação. Isso permite dar suporte a uma análise crítica local que resgate suas diferentes formas de apropriação e reivindicação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n5. 2002.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas Públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (orgs.). Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

BARROS, Ana Maria F. B.; CARVALHO, Celso S.; MONTANDON, Daniel T. **O Estatuto da Cidade comentado** (Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001) In: CARVALHO, Celso S.; ROSSBACH, Ana Claudia (Org.). Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

BECK, U. Sobre a lógica de distribuição da riqueza e da distribuição do risco. In: _____ **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Ed. São Paulo. Editora 34. 2011 p 23-60.

BRUNET, Daniel. Duplicação da Av. das Américas pode derrubar 30% dos imóveis, que avançam sobre área pública. **O Globo [online]**, Rio de Janeiro, 16/09/2010. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/rio/duplicacaoda-av-das-americas-pode-derrubar-30-dos-imoveis-que-avancaram-sobre-areapublica-2951536>>. Acesso em: 04/06/2022.

CARDOSO, Adauto Lúcio e ARAÚJO, Rosane. A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro. In: CARDOSO (coord.) **Habitação social nas Metrôpoles brasileiras**. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, caps. 3 e 4, p. 155-218.

HOLTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 21-64 (Capítulo 1, A Cidadania Estranhada).

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais**. Revista do Serviço Público Brasília. 56, 2, pag. 137–160 Abr/ Jun 2005.

MARTINS, Heloísa Helena de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

SEYFERTH, Giralda (2002). **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SOUZA, Jessé. Dominação e Desigualdade na Periferia do Capitalismo. In NOBRE, Renarde Freire. **O Poder no Pensamento Social**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 69-82.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.